

**Perfil do país traz urgência em rever os modelos de gestão urbana**

*Para especialistas, dados do Censo sugerem novos desafios na organização das cidades*

Por Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva — Do Rio

Os primeiros dados do Censo Demográfico 2022, divulgados em junho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trazem novos desafios para os gestores das cidades brasileiras. Demógrafos e urbanistas ouvidos pelo **Valor** ressaltam que a desaceleração do crescimento da população, o esvaziamento das cidades maiores, a necessidade de mais domicílios diante da redução do tamanho das famílias e a contínua expansão dos territórios criam a necessidade de repensar a organização e as estratégias de ocupação urbana.

Nesse cenário, dizem, é cada vez mais importante que se revejam as políticas para lidar com os vazios urbanos em áreas que dispõem de infraestrutura e de serviços para a população. O caminho deve ser dar prioridade à ocupação desses territórios e evitar a expansão das cidades com maior espalhamento da população e baixa densidade (relação entre o número de habitantes e o tamanho dos territórios). Cidades mais espalhadas têm custo maior de manutenção com infraestrutura de transporte, saúde e educação.

<b>Ranking das cidades, por densidade</b>			
Índice indica nº de habitantes por km <sup>2</sup>			
<b>Brasil (2010)</b>		<b>Brasil (2022)</b>	
	<b>22,43</b>		<b>23,86</b>
<b>2010</b>			
<b>Dez cidades com maior densidade</b>			
1º	São João de Meriti (RJ)	13.024,56	
2º	Diadema (SP)	12.519,10	
3º	Taboão da Serra (SP)	12.049,87	
4º	Carapicuíba (SP)	10.680,08	
5º	Osasco (SP)	10.411,79	
6º	São Caetano do Sul (SP)	9.708,79	
7º	Olinda (PE)	9.068,36	
8º	Nilópolis (RJ)	8.117,62	
9º	Fortaleza (CE)	7.786,52	
10º	São Paulo (SP)	7.387,69	
<b>Dez cidades com menor densidade</b>			
1º	Japurá (AM)	0,13	
2º	Atalaia do Norte (AM)	0,2	
3º	Tapauá (AM)	0,21	
4º	Barcelos (AM)	0,21	
5º	Mateiros (TO)	0,23	
6º	Jacareacanga (PA)	0,26	
7º	Jutai (AM)	0,26	
8º	Rondolândia (MT)	0,28	
9º	Santa Isabel do Rio Negro (AM)	0,29	
10º	Itamarati (AM)	0,32	
<b>2022</b>			
<b>Dez cidades com maior densidade</b>			
1º	Taboão da Serra (SP)	13.416,81	
2º	Diadema (SP)	12.795,69	
3º	São João de Meriti (RJ)	12.521,64	
4º	Osasco (SP)	11.445,52	
5º	Carapicuíba (SP)	11.205,96	
6º	São Caetano do Sul (SP)	10.805,23	
7º	Olinda (PE)	8.474	
8º	Fortaleza (CE)	7.775,43	
9º	Nilópolis (RJ)	7.568,40	
10º	São Paulo (SP)	7.527,76	
<b>Dez cidades com menor densidade</b>			
1º	Barcelos (AM)	0,15	
2º	Japurá (AM)	0,16	
3º	Atalaia do Norte (AM)	0,2	
4º	Santa Isabel do Rio Negro (AM)	0,23	
5º	Tapauá (AM)	0,23	
6º	Rondolândia (MT)	0,28	
7º	Mateiros (TO)	0,29	
8º	Jutai (AM)	0,36	
9º	Pimenteiras do Oeste (RO)	0,36	
10º	Apui (AM)	0,38	

“O fato de a população não crescer não significa que a cidade parou de expandir. E é essa questão crucial que precisa ser revista”, afirma o arquiteto e urbanista Sergio Magalhães, que foi presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), secretário de Habitação do Rio de Janeiro e hoje é professor do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Pro Urb) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Expandir a cidade não é bom negócio, a não ser para quem especula com a terra. Isso aumenta os custos urbanos, de infraestrutura, mobilidade...”

Presidente do departamento do Rio do IAB, Marcela Marques Abla diz que é preciso pensar na reorganização das cidades. A dinâmica de crescimento da população e a existência de áreas desocupadas nos grandes centros reforçam a necessidade do debate: “Se temos uma população que cresce menos ou que recua, isso vai requerer um rearranjo de como essa população vive, de como vai utilizar os meios de transporte, de qual é a infraestrutura de cada área. Isso reforça a necessidade de reorganização das atividades das pessoas dentro das cidades. Tem que ter um rearranjo, um estudo para tratar dessa questão”, defende.

O Censo Demográfico 2022 divulgado pelo IBGE apontou que o crescimento anual da população entre 2010 e 2022 foi o menor em 150 anos, de apenas 0,52%, ante 1,17% entre 2000 e 2010. No país, a média de moradores por domicílio caiu de 3,31 em 2010 para 2,79 em 2022. A pesquisa mostrou ainda queda de população em cidades maiores, como capitais, e também nas grandes concentrações urbanas, ou expansão em ritmo menor, enquanto cidades médias e pequenas se destacaram em aumento de habitantes. Cinco dos dez municípios mais populosos perderam população entre 2010 e 2022: Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio e Fortaleza.

Para Magalhães, a expansão contínua das cidades reflete número cada vez menor de pessoas por casa, ausência de políticas de habitação e a percepção de que uma cidade em crescimento sinaliza futuro ou progresso. Só que dois movimentos tendem a ocorrer neste processo de aumento da extensão das cidades. O primeiro é que, como faltam políticas públicas para habitação, desenvolvimento urbano e mobilidade, a expansão se dá por áreas pobres, com pouca ou nenhuma infraestrutura. O segundo é que, se a expansão ocorre sem aumento de população, há perda de habitantes na área da cidade consolidada, o que significa perda de vitalidade: “Há ao mesmo tempo construção de cidade miserável na expansão e perda de vitalidade da cidade consolidada”, diz Magalhães.

Outra informação atualizada pelo Censo é a densidade populacional, que indica o número de habitantes por quilômetro quadrado do território. Pelo Censo, o indicador do Brasil subiu de 22,43 em 2010 para 23,86. Seis municípios têm densidade superior a 10 mil habitantes/km<sup>2</sup>: São João de Meriti (RJ) e as paulistas Taboão da Serra, Diadema, Osasco, Carapicuíba e São Caetano do Sul.

O fato de a população não crescer não significa que a cidade parou de se expandir. E é essa questão crucial que precisa ser revista”

— Sergio Magalhães

Os dados sobre a densidade demográfica dos diferentes locais do país saem no momento em que algumas das maiores cidades reveem planos diretores, caso de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre. Especialistas ponderam que os indicadores devem ser analisados com olhar local para a área urbana e até para bairros e regiões, e não apenas para o município. Apesar da conotação negativa de casos de densidade extrema - por causa dos reflexos em esgotamento de infraestrutura urbana e perda de qualidade de vida -, densidade elevada não é necessariamente ruim.

“Os países desenvolvidos são densos. A densidade urbana pode ser uma oportunidade para a economia de recursos e de menores emissões de carbono. Isso gera menor custo do poder público para gerir aquela cidade”, afirma Abla, que pondera que outros aspectos devem ser considerados nessa análise, como o índice de desenvolvimento humano (IDH) local. Os dados sobre densidade podem ajudar a identificar os vazios urbanos, locais em que há menos população, mas a infraestrutura está presente, como transporte, saúde e educação, diz Abla.

“É importante identificar os vazios urbanos em áreas que estão ‘infraestruturadas’ e destiná-los à política de habitação de interesse social. Com isso, é possível evitar o crescimento para os extremos das cidades, o movimento da população mais pobre indo cada vez mais para as periferias, em áreas sem infraestrutura, o que acaba elevando os custos das prefeituras”, afirma.

O coordenador do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), Pedro da Luz, destaca a importância da vinculação entre densidade demográfica e infraestrutura instalada: “Quando se começa articular essas duas coisas, há uma economia [de recursos]”, diz. Isso porque, explicou, é possível se delinear o montante adequado de infraestrutura para atender determinado número de pessoas em uma localidade - seja de saneamento, transportes ou até mesmo estruturas de saúde pública. “Adequação entre densidade e presença de infraestrutura é fundamental no planejamento das

idades”, resume ele.

Um dos problemas da ocupação urbana, segundo Luz, é que ela é definida por lógica que não está nas mãos do gestor público, e sim da iniciativa privada. Por haver mais terra com o setor privado do que com o público, é o empresariado que define o preço do metro quadrado mais elevado em áreas com maior infraestrutura urbana. Assim, esses locais tornam-se inacessíveis à população mais pobre. “E aí acontece de termos favelas e expansão da cidade em periferias sem infraestrutura. Porque é o único local em que se tem consumo possível [de moradia] para as populações pobres”, afirma.

Para dar conta dos desafios, Magalhães defende que a questão urbana entre nas pautas política e econômica. “Eleição após eleição, ninguém discute a questão da cidade”, diz. “Temas como educação, saúde e segurança são discutidos setorialmente. Ninguém fala que a questão urbana é transversal a todas essas. Se não articula educação com o território e com a população, constrói escolas onde não precisa mais e deixa de ter escola onde precisa, por exemplo.”

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/07/24/perfil-do-pais-traz-urgencia-em-rever-os-modelos-de-gestao-urbana.ghtml>

**Veículo:** Online -> Site -> Site Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Brasil